

## ***Biblio3W***

REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA  
Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona.  
ISSN: 1138-9796.  
Depósito Legal: B. 21.742-98  
Vol. XX, núm. 1113  
5 de marzo de 2015



# **A importância da distribuição das estruturas esportivas para o legado urbanístico das cidades-sede dos jogos olímpicos**

Yumi Yamawaki

Universidade Federal Tecnológica do Paraná  
yumi@proa.com.br

Fábio Duarte de Araújo Silva

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
duarte.fabio@pucpr.br

## **A importância da distribuição das estruturas esportivas para o legado urbanístico das cidades-sede dos Jogos Olímpicos (Resumen)**

As discussões sobre o legado de grandes eventos esportivos ocorrem em sua maioria sem estudos empíricos e sob premissas teóricas com o apoio de interesses políticos e mercadológicos. Este artigo analisa o conceito de legado em termos morfológicos, do ponto de vista do Comitê Olímpico Internacional (COI) e das cidades que sediaram os JO, dando especial atenção a distribuição das estruturas esportivas no espaço urbano. O objetivo foi verificar se as estruturas construídas para os JO redirecionam a dinâmica urbana, e como o fazem em cada cidade-sede, visto que o legado físico se diferencia em função de fatores culturais e do estágio de urbanização em que se encontram as cidades.

**Palavras-chave:** Jogos Olímpicos; legado urbanístico; estruturas esportivas; grandes projetos urbanos

## **The importance of distribution of sport structures for the urbanistic legacy of cities hosting Olympic Games (Abstract)**

Most discussions about the legacy of major sporting events take place without empirical studies and are based on theoretical premises supported by political and marketing interests. This article investigates the concept of legacy in morphological terms from the point of view of the International Olympic Committee (IOC) and cities that have hosted the Olympic Games. Special attention is paid to the distribution of sports structures in urban space. The aim of the study was to determine whether

Recibido: 17 de noviembre de 2014

Enviado a evaluación: 28 de noviembre de 2014

Aceptado: 3 de diciembre de 2014

Esta investigación ha recibido el apoyo de la Fundação Araucária

structures built for the Olympic Games redirect urban dynamics and how they do so in each host city, as the physical legacy differs depending on cultural factors and the stage of urbanization the host city is at.

**Key words:** Olympic Games; Urban legacy; Urban form; Olympic venues; Urban development

No final do século 20 as cidades passam a protagonizar o cenário internacional e competir entre si para tornarem-se centro de atração de investimentos. Para isso, crescem os argumentos de que é necessário construir uma imagem positiva e prover a cidade de espaços urbanos que reafirmem essas qualidades. Uma das formas de exposição mais efetiva é sediar grandes eventos internacionais e, dentre eles, os Jogos Olímpicos (JO) são os mais influentes, pois atraem a maior audiência televisiva e colocam em evidência valores e orgulhos nacionais. No entanto, significativos esforços são realizados para que a cidade seja escolhida como sede e, depois, para que seja preparada para receber o evento. O incremento populacional de turistas, atletas e equipes de apoio, exige investimentos em estruturas esportivas, infraestrutura, logística de transporte, segurança, treinamento, entre outros.

Apesar da importância desse fenômeno urbano em escala global, as discussões sobre o legado de grandes eventos esportivos ocorrem em sua maioria sem estudos empíricos e sob premissas teóricas enviesadas por interesses políticos e mercadológicos. Apesar de a forma como se intervém no espaço urbano ter um significativo impacto sobre o social, à construção do espaço urbano é atribuída pouca importância, verificada pela escassez de artigos que analisam o legado morfológico das cidades-sede de grandes eventos internacionais.

Este artigo analisa o conceito de legado em termos morfológicos, do ponto de vista do Comitê Olímpico Internacional (COI) e das cidades que sediaram os JO, dando especial atenção a distribuição das estruturas esportivas no espaço urbano. O objetivo foi verificar se as estruturas construídas para os JO redirecionam a dinâmica urbana, e como o fazem em cada cidade-sede, visto que o legado físico se diferencia em função de fatores culturais e do estágio de urbanização em que se encontram.

## **O legado urbanístico a partir da visão do COI e da cidade-sede**

O COI é uma entidade sem fins lucrativos, sediado em Lausanne e isenta de impostos e fiscalização<sup>1</sup>, que detém todos os direitos relacionados a organização, exploração, transmissão, representação, símbolos e rituais dos Jogos Olímpicos de inverno e de verão (este que será aqui considerado)<sup>2</sup>.

Os lucros mais significativos são do direito de transmissão (47%) e patrocínio exclusivo (45%)<sup>3</sup>. O COI negocia com os patrocinadores mundiais e o COL (Comitê Olímpico Local), é responsável pela venda dos ingressos e pelos patrocínios nacionais. Apenas um pequeno

---

<sup>1</sup> Shaw, 2008.

<sup>2</sup> IOC, 2010.

<sup>3</sup> IOC, 2011.

percentual dos custos operacionais e administrativos é assumido pelo COI (10%), sendo o restante dividido entre comitês locais nos diversos países, federações de esportes e o COL da cidade-sede<sup>4</sup>.

Os JO de Montreal (1976), que resultou no endividamento público por quase uma década, impactou negativamente a imagem do evento, com o risco de produzir o desinteresse das cidades em sediá-lo. Por esse motivo, após os JO de Los Angeles, o COI deixou de firmar contrato com o poder público local das cidades-sede, e estabeleceu que o COL fosse gerido e representado por empresas privadas<sup>5</sup>. Os COLs têm a função de apresentar a candidatura das cidades, convidar os atletas para participar do evento e divulgar os JO no país.

O processo de concorrência se estende por um período de cinco a dez anos, e em todas as fases as decisões são políticas. Com forte apelo popular, todas as instâncias de governo se mobilizam para demonstrar a uma entidade privada a vontade de ser escolhida. Assim reduz-se o poder de negociação e acatam a maior parte das exigências do COI. O governo nacional então aprova leis específicas para o período de preparação e realização do evento, na maioria das vezes sem consulta pública e os governos local, estadual e central assumem o compromisso de arcar com qualquer déficit potencial<sup>6</sup>.

Essa constante flexibilização das regras aplicadas sem processos participativos é definida por Agamben (2004) como “Estado de Exceção”, em que todas as determinações jurídicas são desativadas. O autor explica que, ao longo da história, isso tem ocorrido em situações emergenciais como em tempos de guerra, de crise financeira extrema e catástrofes naturais. O que antes era uma medida provisória e excepcional está se tornando permanente, como uma forma contemporânea de governar<sup>7</sup>.

Poulantzas (1986) explica que isso tem ocorrido porque há uma configuração política favorável. O Estado tem autonomia relativa e não se identifica nas classes dominantes um grupo capaz de assumir o poder. Assim, cada segmento tenta defender seus interesses e aprovar benefícios específicos, criando exceções e segmentando as regras.

Nesse sentido, o urbanismo contemporâneo é definido por Ascher (2001) como ad hoc, ou seja, as soluções adotadas são específicas a cada situação, implantadas muito mais por projetos que por programas, sendo que as escolhas estão vinculadas a consensos locais (muitas vezes parciais) e com menor frequência, por meio da adoção de normas.

O compromisso de legado não existia na Carta do COI até 2003. O COI o define como o planejamento prudente e sustentável que assegura o alcance de resultados efetivos<sup>8</sup>. Porém, autores consideram que ele aborda o legado de forma superficial e genérica<sup>9</sup>, podendo assumir interpretações diferenciadas, de acordo com interesses pontuais<sup>10</sup>. Para o COI, parte do legado é a realização do evento sem contratemplos, bem como a garantia do fortalecimento do

---

<sup>4</sup> IOC, 2011.

<sup>5</sup> Poynter, 2008.

<sup>6</sup> Preuss, 2004.

<sup>7</sup> Agamben, 2004.

<sup>8</sup> IOC, 2003; Mazo et al., 2008.

<sup>9</sup> Cashman, 2011.

<sup>10</sup> Mazo et al, 2008.

conjunto de símbolos e ideais atrelados à sua marca. Tendo em vista esses objetivos, o COI fiscaliza e pressiona as cidades-sede no cumprimento de prazos e exige infraestrutura adequada aos visitantes, estruturas esportivas de acordo com padrões competitivos de alto nível e de comunicações para atender aos patrocinadores do evento. Por outro lado, para a cidade-sede, legado significa a concretização de um plano benéfico à população residente num prazo mais longo e que auxilie na resolução de problemas urbanos, no início de um processo de dinamismo socioeconômico ou na disseminação de uma imagem positiva da cidade.

Andranovich et al<sup>11</sup> define o legado olímpico como “...*the period with the longest effect on the host city*”. No entanto, é complexo definir quais dinâmicas ou efeitos podem ser atribuídos aos JO depois que o evento ocorreu, pois “o legado não é um estado alcançado – isto é um ‘resultado’ - mas um processo de desenvolvimento por encadeamentos sucessivos do capital social e das estruturas da governança local”<sup>12</sup>.

Dentro das diferentes temáticas que envolvem o termo “legado”, Poynter (2008) categorizou-as em tangíveis e intangíveis, sendo que o primeiro envolve as infraestruturas realizadas para o evento e são suscetíveis de análise econômica de custo-benefício, enquanto que os aspectos culturais são considerados intangíveis, pois repercutem de modos diversos e são difíceis de mensurar, mas estão diretamente relacionados ao entusiasmo, patriotismo e reputação. Rodrigues (2008) alerta que é necessário equilibrar os interesses pela competição econômica por investimentos, que evidenciam os aspectos intangíveis, daqueles que realmente trarão benefícios à população local, que seriam as infraestruturas.

Neste artigo, com o objetivo de analisar as transformações físicas urbanas ligadas à realização dos JO, a morfologia urbana foi interpretada considerando 3 aspectos levantados por Moudon (1994): as características das estruturas construídas e em relação aos espaços abertos; a consideração do uso e ocupação do solo, estabelecendo relações entre o ambiente construído e a escala urbana; e o entendimento da paisagem construída como uma unidade morfogenética definida pelo tempo – o tempo de produção, uso e mutação.

E o termo legado será tratado como permanências espaciais decorrentes das ações empreendidas em função de sediar o evento. Isto pois, mesmo que a motivação para a candidatura das cidades para sediar os JO esteja relacionada à busca por benefícios econômicos, geralmente é necessário um conjunto de transformações físicas do espaço urbano e que podem ser temporárias ou permanentes. As mudanças permanentes, principalmente pela urgência na realização, podem redirecionar ou acelerar dinâmicas que, em outros momentos históricos, ocorreriam lentamente, o que possibilitaria ajustes no decorrer do processo. Conforme Hiller (2003), os JO são intrusos no processo de planejamento da cidade; no entanto, tem o poder de modificar leis e diretrizes construídas democraticamente pela população ao longo da história.

E mesmo quando o plano de candidatura foi elaborado à espera de um legado positivo, é difícil prever o ambiente pós-evento. O legado está baseado numa especulativa predição do

---

<sup>11</sup> 2001, p.124

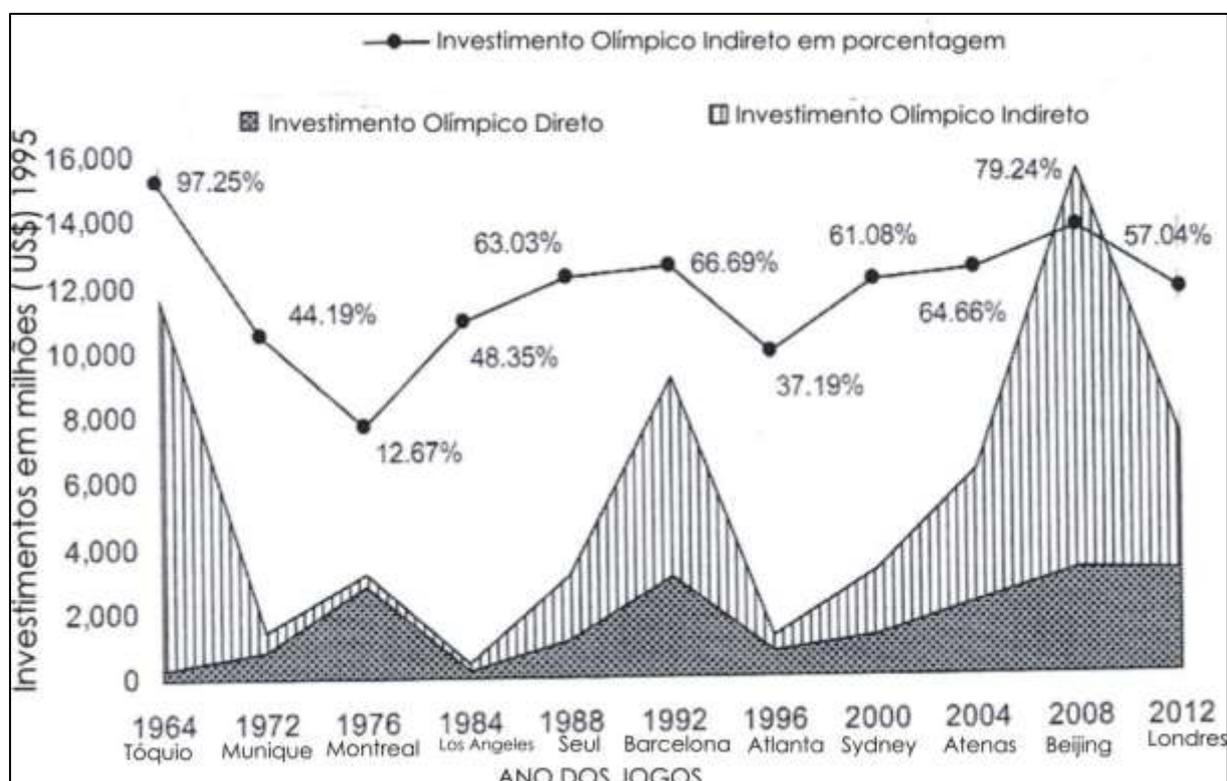
<sup>12</sup> Leri, 2007 apud da Costa, 2008, p.240.

local, enquanto os aspectos sociais, econômicos e físicos continuam se modificando desde a concepção do plano até o evento<sup>13</sup>.

## Distribuição das estruturas esportivas no espaço urbano e seus usos posteriores

A Figura 1 demonstra os investimentos olímpicos diretos e indiretos nas cidades-sede de 1964 a 2012, com valores convertidos em dólares americanos com ano base 1995. Os investimentos diretos correspondem à construção ou adequação das estruturas esportivas, ao passo que os indiretos estão relacionados à infraestrutura urbana<sup>14</sup>.

**Figura 1**  
Investimentos diretos e indiretos nas cidades-sede dos JO de 1964 a 2012



Fonte: Pitts e Liao, 2009

Fonte: adaptado de Report of the 2012 IOC Evaluation Commission, 2004.

Para os JO de 2016, no Rio de Janeiro, a preocupação com a localização da VO se mantém; mas não há como estabelecer um comparativo entre as candidatas de 2012 e 2016, pois nesta última avaliação foi solicitada a quantidade de modalidades esportivas e não mais estruturas. Um novo indicador demonstra o aumento da preocupação com a segurança, solicitando que as candidatas apresentem a quantidade de núcleos de estruturas esportivas que estão localizadas em perímetros considerados seguros ou não; assim como estruturas dispersas. Verifica-se no quadro 1 que a maioria delas optou por agrupá-las em núcleos.

<sup>13</sup> Cashman, 2011.

<sup>14</sup> Pitts e Liao, 2009.

**Quadro 1**  
**Distância entre estruturas olímpicas das cidades candidatas para os JO de 2016**

Cidades candidatas	Distância das estruturas esportivas à vila olímpica (km)	Quantidade de modalidades esportivas raio de até 10 km	Quantidade de estruturas esportivas no parque olímpico	Quantidade de núcleos de estruturas esportivas
Chicago	14	21	não informado	4
Praga	12	32	6	2 - demais espalhadas na cidade
Tóquio	9	23	não informado	5
Rio de Janeiro	20	14	10	4
Baku	6	31	12	3
Doha	11	20	7	6
Madri	12	20	5	4
<b>média</b>	12,0	23,0		

Fonte: adaptado de Report of the 2016 IOC Evaluation Commission, 2007.

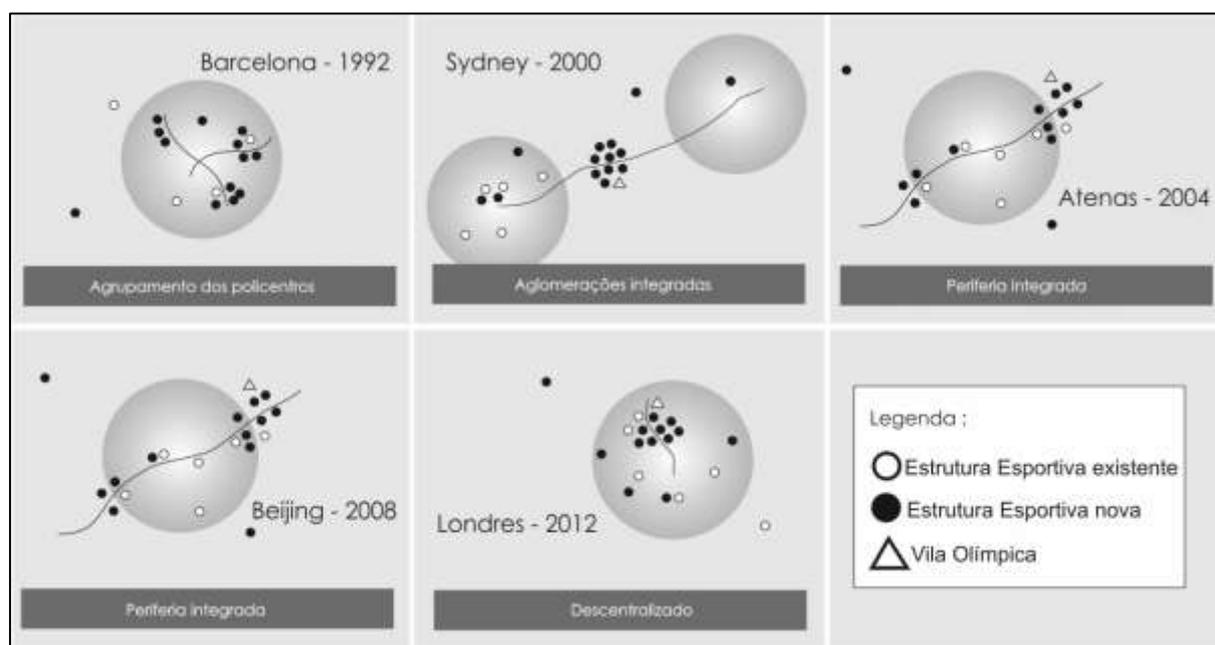
As avaliações das cidades candidatas de 2012 e 2016 demonstram o direcionamento na forma de ocupação do espaço pelas estruturas relativas ao evento. São mais bem avaliadas as cidades que têm a maior parte das estruturas esportivas próximas da VO e, pelas propostas apresentadas, o Estádio Olímpico está, em média, distante 3,6 km.

Outro fator que compromete a disposição das estruturas esportivas na cidade é a segurança. No parecer de 2012, a avaliação nesse quesito era mais favorável às cidades que concentrassem as estruturas esportivas num PO, com a justificativa da facilidade de controle de acessos. Isso vem se intensificando em função das ameaças terroristas que estão muito mais vinculadas ao evento que à cidade-sede em função do símbolo que o evento assumiu.

Apesar de não mencionar a proximidade com o centro tradicional, para a cidade isso se torna importante, uma vez que são áreas onde se encontram as principais atrações turísticas, portanto de interesse para a economia local. Por esse motivo, foram calculadas nas cidades-sede mais recentes as distâncias entre o Estádio Olímpico e o centro e verificou-se que a média é de 8,12 km. Foi excluído o Rio de Janeiro pelo fato da configuração linear da cidade ter enfraquecido a atratividade do centro tradicional, ou seja, sua função polarizadora (quadro 2).

De acordo com os critérios de sustentabilidade adotados por Pitts e Liao (2009) para as cidades-sede dos JO, os modelos de configuração das estruturas esportivas mais bem avaliados por possibilitar a integração com a cidade são os polinucleados dentro da malha urbana, a exemplo de Barcelona; depois o núcleo periférico, caso verificado em Beijing e Atenas; em terceiro o núcleo único dentro da malha urbana, que é o caso de Londres; e o quarto o que interliga dois núcleos, conforme Sydney.

**Figura 2**  
**Esquemas de distribuição de estruturas esportivas em relação a malha urbana**



Fonte: Pitts e Liao, 2009.

Embora o planejamento de Barcelona tenha sido considerado modelo com três núcleos espalhados pela malha urbana, e as cidades busquem incorporar suas qualidades para obter o mesmo êxito, as próprias avaliações do COI direcionam a uma configuração concentrada, e de preferência, mais central na malha urbana.

Portanto, cidades com extensa área de ocupação urbana reduzem suas chances de ser escolhidas, caso objetivem espalhar estruturas esportivas em áreas periféricas e com entornos degradados socialmente. As propostas vencedoras de Londres, Beijing e Sydney preferiram eleger uma área, concentrar as estruturas esportivas e dotar a região de infraestrutura, com vistas a induzir o crescimento. A proximidade com o aeroporto também é mencionada; no entanto, caso haja uma forma eficiente de transporte, foram toleradas grandes distâncias. Isso pode ser verificado pela escolha de Londres, cujo PO está na direção oposta do aeroporto internacional de Heathrow em relação ao centro da cidade.

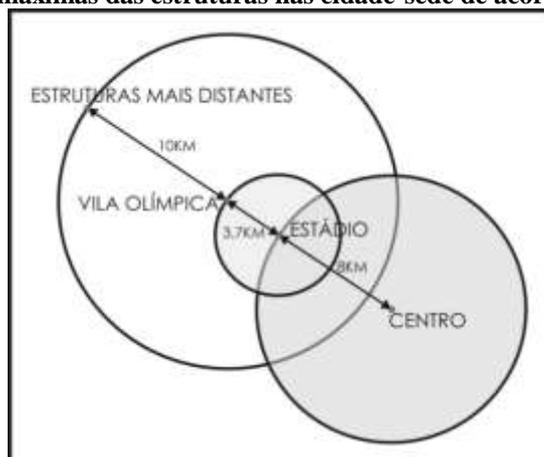
Se analisados os pareceres de avaliação das candidatas para sede dos JO de 2012 e 2016, é possível identificar nos comentários da comissão técnica do COI uma configuração de ocupação desejável, estabelecida pelas distâncias entre as estruturas do evento. De acordo com a figura 3, é conveniente que as estruturas mais distantes estejam no máximo a 22 km da área central. Em cidades com extensa malha urbana, não seria possível que as intervenções específicas para o evento proporcionassem melhorias na cidade como um todo. Por essa razão Beijing optou por transformar o PO em apenas uma das centralidades propostas para a cidade.

**Quadro 2**  
**Distância entre o PO e o centro das cidades-sede a partir de 1992**

Cidade-sede	Distância do PO até aeroporto (km)	Distância do estádio olímpico até centro turístico (km)	Referências
Barcelona	9,3	2,5	estádio olímpico até Rambla, altura do MAC
Sydney	13,4	14,0	estádio olímpico até Opera House
Atenas	18,0	7,7	estádio olímpico até Praça Omonia
Beijing	19,6	8,4	estádio olímpico até Palácio Imperial
Londres	31,0	8,0	estádio olímpico até Big Eye
Rio de Janeiro	23,0	24,0	PO até centro da cidade e
<b>Média</b>	19,05	8,12	<b>média (excluído Rio de Janeiro)</b>

Fonte: adaptado de Google Earth e Google Maps.

**Figura 3**  
**Distâncias máximas das estruturas nas cidade-sede de acordo com o CO**



Fonte: adaptado de Report of the 2012 IOC Evaluation Commission, 2004; e Report of the 2016 IOC Evaluation Commission, 2007.

Assim como as tendências culturais, no qual ideias emergem, passam a ser aceitas, tornam-se censo comum e declinam dando lugar a outras, as transformações na forma das cidades, a partir da década de 1950, têm ocorrido de maneira cíclica, ligadas a novas concepções e teorias. Hall (1971) identificou quatro estágios na conformação da área metropolitana, iniciado por um período de centralização, no qual a população mantém-se mais concentrada nas áreas centrais; passam a um período de descentralização em que o crescimento do centro é menor que das áreas periféricas; depois uma perda significativa da população das áreas periféricas para outros municípios e, novamente as áreas centrais se polarizam.

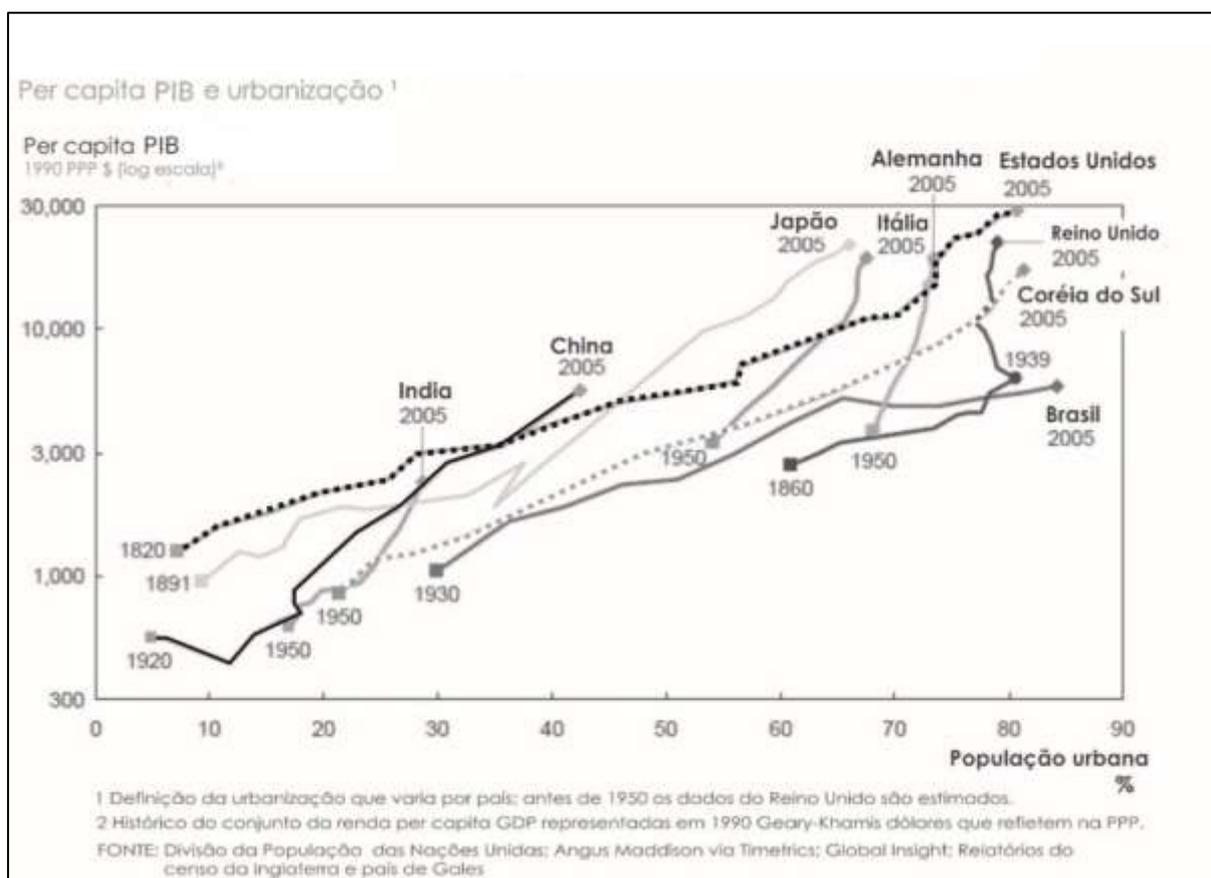
Champion (2001) confirmou o estudo, com a análise de 185 áreas urbanas na Europa, Ásia e América do Norte que constatou essa tendência. Houve um processo de urbanização na década de 1950; acelerada suburbanização em 1960; na década seguinte a “contraurbanização” e, a partir disso, novamente um movimento centrífugo e a reurbanização.

Faz-se necessário esclarecer que na análise realizada, o termo urbanização foi relacionado ao aumento da ocupação física dos espaços urbanos e não como um processo social.

Nesse contexto, o processo de urbanização fez parte apenas do primeiro ciclo, a partir daí considera-se a reurbanização. Champion (2001) também diferencia suburbanização de desurbanização, afirmando que na primeira ocorre a descentralização dentro da região metropolitana e na segunda, há a descentralização fora dos limites da região metropolitana.

A “contraurbanização” está relacionada ao forte crescimento populacional fora das grandes cidades, verificado por Berry (1976) nos Estados Unidos. Portanto, definida como o decréscimo da população de cidades grandes e o crescimento de cidades pequenas. Na desurbanização ocorre também esse deslocamento; no entanto, é detectado dentro de uma região específica, ao passo que a “contraurbanização” ocorre indistintamente em qualquer cidade.

**Figura 4**  
**PIB per capita em relação a taxa de urbanização**



Fonte: Dobbs et al, 2011.

É importante salientar que esses processos não ocorrem simultaneamente em todas as cidades, em função das especificidades sociais, históricas, geográficas e econômicas. Por esse motivo são encontradas cidades em estágios diferenciados de desenvolvimento urbano. No entanto,

Champion (2001) identificou em diferentes cidades do mundo, tendências comuns que se aproximam cada vez mais pela difusão rápida das ideias proporcionadas pela facilidade de comunicação e acesso a informações.

De acordo com a classificação de Hall (1971), confirmada por Champion (2001), Beijing e Sydney encontram-se no estágio de suburbanização, sendo o primeiro indutor de crescimento em determinadas porções (norte e leste) e o segundo com a opção de crescimento vetorizado em direção de outro centro (Parramatta). Dentre os estágios de urbanização, este pode ser encontrado em ocupações urbanas recentes, como é o caso de Sydney. Em relação a Beijing, apesar da China se constituir uma das civilizações mais antigas, sua economia tinha base econômica essencialmente agrícola, o que produziu o desenvolvimento tardio das cidades. Conforme a figura 4, países europeus como Alemanha, Itália, Inglaterra; americanos como Estados Unidos e Brasil; e asiáticos como Japão e Coréia do Sul, apresentam em 2005 percentual de população urbana de mais de 60%, enquanto a China apenas de 40% - apesar do censo da China não contabilizar os imigrantes ilegais rurais, esse é o dado oficial.

Londres e Barcelona, quando sediaram os JO estavam no estágio de reurbanização; portanto a primeira interviu pontualmente em uma área degradada e a outra em três centralidades existentes. No caso de Londres, a adoção dessa forma de planejamento faz parte de uma diretriz nacional, no qual 60% das intervenções precisam recuperar áreas degradadas<sup>15</sup>. Uma das justificativas para o seu estabelecimento é a melhoria da equidade social. De acordo com Williams, Burton e Jenks (2000) a busca pelo planejamento compacto da cidade neste estágio de consolidação auxiliaria a atingir esse objetivo.

O Rio de Janeiro parece ter adotado as duas estratégias simultaneamente. Por seu tradicional crescimento linear, em função das barreiras naturais existentes (mar e montanhas), pretende promover o crescimento vetorial na porção oeste (Barra da Tijuca), onde estão sendo construídas grande parte das estruturas esportivas e; para os três outros núcleos (centro histórico, Maracanã e Copacabana), a reurbanização e o reforço como centralidade.

.Atlanta e Atenas aproveitaram grande parte das estruturas esportivas existentes, portanto não direcionaram sua localização para obter algum ganho em termos urbanísticos para a cidade. Após o evento, Atlanta apagou a maior parte dos vestígios olímpicos, desmontando e demolindo estruturas; enquanto Atenas não conseguiu implantar suas propostas de melhorias em infraestrutura por falta de recursos financeiros.

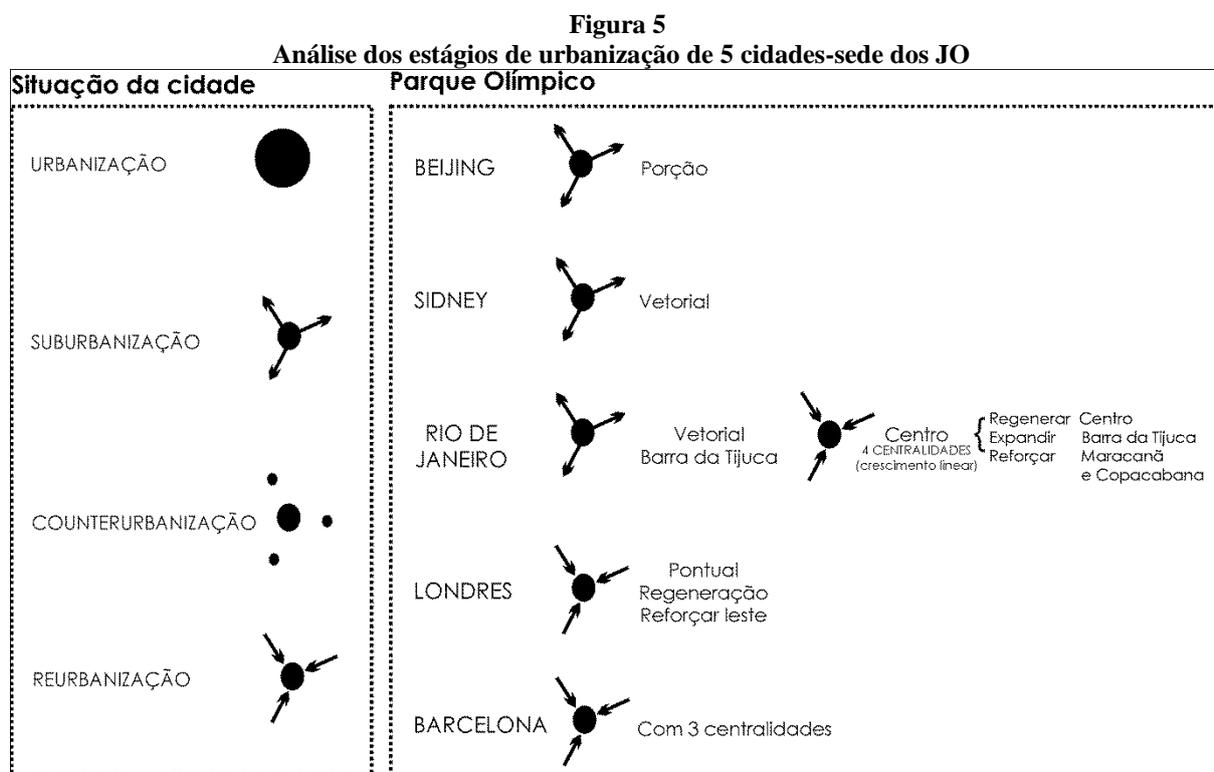
Diferente de buscar replicar o planejamento de Barcelona, visto que contextos diferentes requerem intervenções específicas, Beijing, Sydney e Londres têm em comum a existência de um plano claro da intenção da cidade para si mesma, que se impõe sobre o planejamento para sediar os JO.

Portanto, o termo Legado Olímpico no âmbito físico pode ser questionável. Os JO proporcionam à cidade-sede a concentração de investimentos e esforços que aceleram o processo, segundo Preuss (2008) em 10 anos. No entanto, por si só, não transformam a cidade. O planejamento urbano, que contém as mudanças necessárias para atender à

---

<sup>15</sup> DETR, 1998.

população, com a consideração de seu contexto é que o faz.



Fonte: adaptado de Hall, 1971; Champion, 2001

No caso de Londres, a proximidade temporal com o evento não permite uma análise da concretização de seu plano. Beijing, por propor um plano que abrangia grandes porções da cidade e para isso investiu em infraestrutura de transporte, obteve resultados positivos. Sydney tinha uma proposta pontual de intervenção, distante da área central (14 km) da cidade polo. Esse fator pode ter influenciado significativamente na dificuldade de consolidar o plano. Em Beijing, as Zonas Especiais Econômicas – áreas prioritárias de desenvolvimento no plano diretor aprovado após a escolha como sede dos JO - que mais se dinamizaram estavam próximas do centro, o que parece ter auxiliado no processo de fortalecimento das novas centralidades (máximo 9,2 km).

**Quadro 3**

**Distância do centro principal em relação as centralidades de Beijing e Sydney**

Sydney	Centro do CBD ao centro do PO	14,0 km
Beijing	Cidade Proibida ao centro do CBD	6,14 km
	Cidade Proibida ao centro de Sanlitun (bairro residencial de alta renda)	5,47 km
	Cidade Proibida ao centro do PO	9,20 km

Fonte: adaptado de Google Earth.

Em termos morfológicos, os POs realizados com o intuito de promover a integração têm, contraditoriamente, sido um elemento desagregador. A baixa ocupação e frequência de uso, associadas a imensas áreas de circulação de pedestres, geralmente ladeadas por significativas áreas de florestas, causam interrupções na malha urbana. São áreas bem dotadas de

infraestrutura, sendo que seus usos posteriores acabam gerando pouca demanda.

O que se percebe em Barcelona, Beijing, Sydney, Atenas, Londres e Rio de Janeiro são interrupções nos acessos viários por imensas áreas impermeáveis em meio a edificações monumentais não condizentes com a escala humana. O entorno com ocupações mais densas permanece segregado em função de barreiras naturais (lagos, rios, montanhas e áreas verdes) ou edificadas como as vias expressas.

Apesar de críticas no que se refere ao legado, o PO de Atlanta, ao contrário dos demais, tinha boa acessibilidade no período dos JO e, após o evento, foi segmentado por vias que conectaram a cidade, e o Estádio Olímpico se transformou em estacionamento. Essas intervenções, somadas ao aproveitamento de estruturas esportivas de universidades locais, fizeram desaparecer os vestígios do evento. No entanto Atlanta não deixou nenhuma estrutura esportiva ociosa, nem dívidas em relação à preparação do JO.

O que se verificou foi que a construção do PO não trouxe benefícios às cidades-sede. Apesar de Sydney ter proposto um plano pós-evento em 2002, que contemplava um novo zoneamento para a área, com a permissão de construir edifícios residenciais, comerciais e voltados à pesquisa, este não se concretizou.

Desde 1992, não foi verificada cidade-sede que tenha conseguido adensar o PO e atribuir novos usos aos grandes espaços de circulação ociosos. Mesmo Barcelona, evidenciada pelo êxito de seu plano, mantém o Parc Monjuic aberto apenas à visitação de turistas que circulam ao redor das estruturas esportivas fechadas. O PO de Londres, planejado com foco no legado e nos usos posteriores, recebe críticas da imprensa local, por não definir o uso do Estádio Olímpico pós-jogos<sup>16</sup>.

Se verificada na teoria, a configuração do PO tem características bem distintas de um espaço projetado para ser centralidade ou elemento de costura da malha urbana, pela presença de barreiras; grandes áreas desnecessárias após o evento; baixa densidade; edificações de usos específicos que não promovem a atratividade de pessoas; e a escala monumental das estruturas que causa sensação de isolamento aos visitantes.

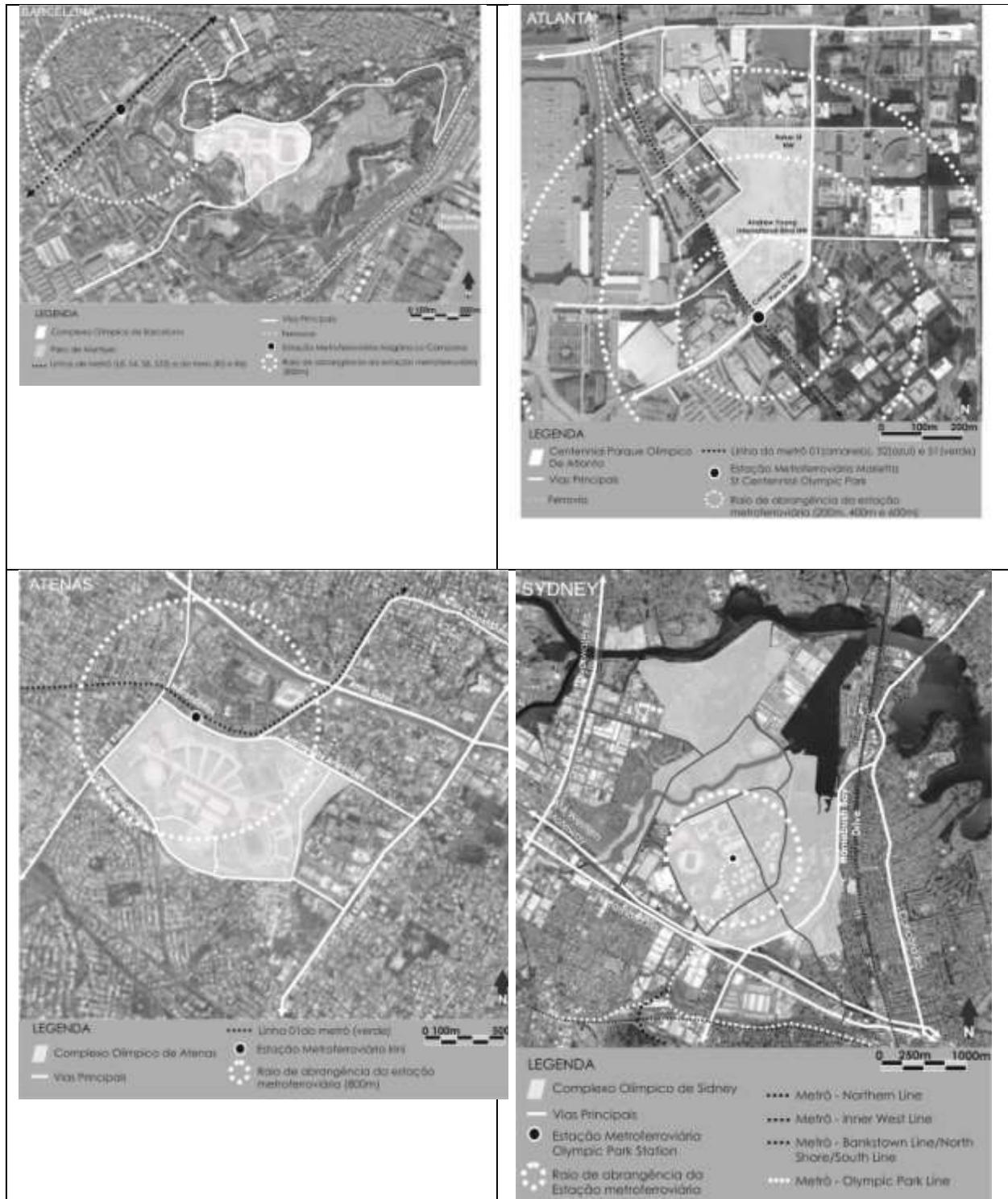
**Quadro 4**  
**Área de circulação em relação a área total dos POs a partir de 1996**

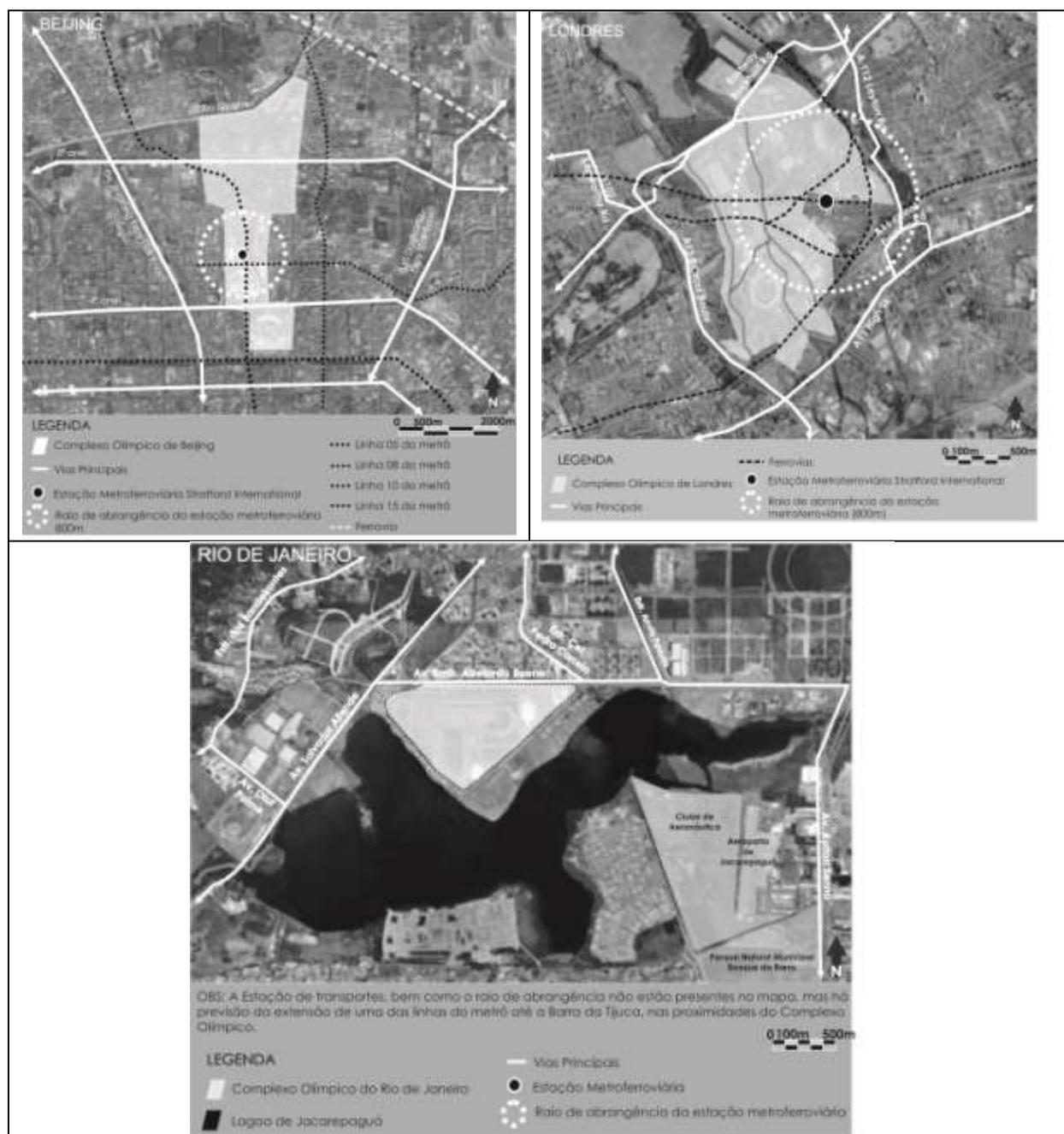
	<b>Sede dos Jogos Olímpicos</b>	<b>Ano</b>	<b>Área total PO</b>	<b>Área de circulação PO</b>
<b>1.</b>	Atlanta, EUA	1996	187.427,79 km <sup>2</sup>	706.544,76 km <sup>2</sup>
<b>2.</b>	Sydney, Austrália	2000	1.925.263,82 km <sup>2</sup>	1.079.095,04 km <sup>2</sup>
<b>3.</b>	Atenas, Grécia	2004	1.284.063,93 km <sup>2</sup>	133.956,71 km <sup>2</sup>
<b>4.</b>	Beijing, China	2008	9.793.899,58 km <sup>2</sup>	6.288.022,11 km <sup>2</sup>
<b>5.</b>	Londres, Reino Unido	2012	2.589.420,40 km <sup>2</sup>	1.604.463,20 km <sup>2</sup>

Fonte: os autores, 2013 e base cartográfica do Google Earth.

<sup>16</sup> Lyall, 2013.

**Figura 6**  
**Barreiras físicas de acesso aos POs de Barcelona, Atlanta, Sydney, Atenas, Beijing, Londres e Rio de Janeiro**





Fonte: os autores, 2013

Nota: base cartográfica do Google Earth.

## Conclusão

Após a realização dos JO, são poucos os governos que têm planos de continuidade para o desenvolvimento da cidade ou conseguem imediatamente elaborá-los. De acordo com Cashman (2002) há um período de depressão pós-evento, principalmente porque as cidades comprometeram parte importante de seus recursos para a sua realização. Ao mesmo tempo, os problemas identificados não podem ser enfrentados pelo nível de endividamento em que as cidades se encontram.

Em termos urbanos, as cidades-sede podem optar por um planejamento sem legado físico, como ocorreu com Los Angeles (1984) e Atlanta (1996), que não investiram em infraestrutura, e muitas das edificações esportivas foram demolidas ou desmontadas após os JO, optando pela receita financeira que o evento proporcionou. Diferente de Barcelona (1992), considerada modelo de planejamento urbano com a utilização dos JO como instrumento de desenvolvimento urbano.

O projeto para sediar os JO tem resultados positivos quando faz parte de um plano mais amplo, que auxilie a cidade ou a região a se desenvolver e resolver problemas preexistentes. Apesar de afirmar preocupação com o legado das cidades-sede, o interesse do COI é que, durante os anos que antecedem a realização do evento, a cidade se comprometa a prepará-la adequadamente. Mesmo depois de a cidade explicitar publicamente qual seria o legado e firmar compromissos posteriores ao evento, o COI não tem mais interesse em fiscalizá-los, uma vez que dificilmente a cidade sediará os JO num prazo menor que 50 anos.

Pelos motivos explicitados, o planejamento para a cidade que fica para a população e a consciência de que este deve se sobrepôr a qualquer exigência do COI - uma entidade privada - é de responsabilidade do poder público. Uma empresa privada não poderia exigir de uma cidade e de um país que modifique suas regras e nem que invista dinheiro público em intervenções que a beneficie, e que deixe o ônus de manter estruturas desnecessárias em troca de um legado restritamente mensurado.

No entanto, o 'estado de exceção' apesar de ocorrer recorrentemente nas cidades brasileiras e demonstrar que a flexibilização das leis se tornou uma nova forma de gestão urbana, é mais evidente no período que antecede os grandes eventos esportivos. Ao mesmo tempo em que leis específicas ampliam as concessões nas áreas do entorno das obras de intervenção para o evento sem análises aprofundadas de seus impactos, aumentam o rigor das regras de conduta e expulsão de moradores.

Mesmo considerando o planejamento com vistas a um legado, o êxito ainda depende do momento em que a cidade sediou o evento. Os resultados pouco significativos dos JO de Atlanta (1996) estavam relacionados ao movimento de expansão empresarial dos Estados Unidos em direção ao sul do país, enquanto o legado de Barcelona (1992) recebeu o impulso favorável do estabelecimento da União Europeia<sup>17</sup>.

Somadas as influências econômicas pós-evento, a própria escolha da sede pode estar relacionada a circunstâncias econômicas, políticas e sociais que fortalecem as chances de algumas cidades. Portanto, não somente as cidades querem se associar a marca JO, mas também, o COI quer que a cidade de um país emergente e com potencial de ascensão econômica seja escolhida com vistas a obtenção de lucros próprios e de seus patrocinadores.

Sydney se destacava no turismo internacional, enquanto Beijing se consolidava no comércio exterior e estava entre as 10 cidades mais globalizadas. Atualmente ocupa o 14º lugar; no entanto as projeções indicam que poderá atingir as primeiras colocações em 10 ou 20 anos<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Preuss, 2008.

<sup>18</sup> AT Kearney Global Cities Index, 2012.

Apesar do estabelecimento de regras de avaliação, a escolha da cidade-sede é política. Isso pode ser verificado no parecer técnico do COI sobre as cidades que se candidataram a sede de 2016. Tóquio, Madri e Chicago obtiveram notas muito superiores à do Rio de Janeiro em todos os indicadores avaliados, no entanto não foram atribuídos pesos suficientes para modificar a escolha.

Portanto, são os investimentos em infraestrutura que beneficiam a cidade e os JO apenas justificam a concentração de investimentos e a rapidez com que as intervenções precisam ser concluídas. Cabe ao poder público implantar planos elaborados para a cidade ou região, que comumente envolveriam intervenções complexas e que perpassariam mandatos políticos para sua realização.

O que se verifica é que os investimentos em estruturas esportivas impactam muito pouco na cidade e beneficiam limitadamente um público, por proximidade física com as estruturas ou pela prática das modalidades de esportes disponíveis.

A responsabilidade de propor algo positivo à cidade-sede torna-se ainda mais importante, à medida que se analisa que os investimentos estarão concentrados, passando por um processo de exclusões: o impacto na escala metropolitana envolve o benefício de alguns municípios em detrimento de outros; na escala municipal, produzirá novas centralidades, valorização imobiliária do entorno às estruturas esportivas, novas infraestruturas de transporte e de lazer e incremento na dinâmica econômica. Portanto, o planejamento das intervenções para a cidade-sede pressupõe privilegiar por meio de investimentos de diferentes instâncias de governo a uma única cidade ou região.

## Bibliografia

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

ANDRANOVICH, G., BURBANK, M.J.; HEYING, C.H. Olympic cities: lessons learned from mega-event politics. *Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2001.

ASCHER F. *Les Nouveaux Principes de l'urbanisme*. Lisboa: l'Aube, 2001.

AT KEARNEY GLOBAL CITIES ÍNDEX. *Global cities index and emerging cities Outlook*. [En línea] Seoul: AT Kearney, 2012. <<http://www.atkearney.com/documents/10192/dfedfc4c-8a62-4162-90e5-2a3f14f0da3a>> [02 de dezembro de 2012].

MARCU, S. y GÓMEZ NIETO, I. La movilidad de los inmigrantes rumanos en la comunidad de Madrid: pautas de asentamiento y retorno. [En línea] *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. XIV, 341, 2010. <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-341.htm>> [02 de dezembro de 2012].

BERRY, B. J. L. Migration reversal in perspective: the long wave evidence. *International Regional Science Review*, n.11, v.3, 1976, p.245-252.

BURBANK, M.J.; HEYING, C.H. Olympic cities: lessons learned from mega-event politics.

*Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2001.

CASHMAN, R. *Impact of the Games on Olympic host cities: university lecture on the Olympics*. [En línea] Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB) - International Chair in Olympism, 2002. p.1-16. <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman.pdf> > [30 de janeiro de 2012].

CASHMAN, R. *Sydney Olympic Park 2000 to 2010: History and Legacy*. 1 ed. Sidney: Walla Walla Press, 2011.

CHAMPION, T. Urbanization, Suburbanization, Counterurbanization and Reurbanization. In: PADDISON, R. (Ed.). *Handbook of Urban Studies*. London: SAGE Publications, 2001.

DEPARTMENT OF THE ENVIROMENT, TRANSPORT AND THE REGIONS – DETR. *Planning for the communities of the future*. London: The Stationery Office, 1998.

DA COSTA, L. Modelo 3D Para Gestão do Planejamento e Replanejamento de Legados de Megaeventos Esportivos. In: Rodrigues, R. P. et al. (Orgs.) *Legado de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2008. p 239-247.

ESSEX, S; CHALKLEY, B. Olympic Games: catalyst of urban change. *Leisure Studies*, n.17, 1998, p. 187–206. Devon: Department of Geographical Sciences - University of Plymouth, 1998.

HALL, P. Spacial structure of metropolitan england and wales. In: Chisholm, M.; MANNERS, G. (orgs.). *Spacial polices problems of the British economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p.96-125.

HILLER, H. H. Toward a science of Olympic outcomes: the urban legacy. International Symposium on the legacy of the Olympic Games 1984-2000, Laussane, 2003. *Proceedings*. Lausanne, 14-16 nov. 2003, p.102-109.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic charter*. Lausanne: International Olympic Committee, 2003.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Report by the IOC candidature acceptance working group to the IOC executive board*. Lausanne: International Olympic Committee, 12 mar. 2004.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic charter*. Lausanne: International Olympic Committee, 2010.INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic charter*. Lausanne: International Olympic Committee, 2011.

KLAASSEN, L.H.; SCIMENI, G. Theoretical issue in urban dynamics. In: KLAASSEN, L.H.; MOLLE, W.T.M.; PAELYNCK, J.H. (orgs.). *Dynamic of urban development*. Aldershot: Gower, 1981, p.8-28.

MOUDON, A. V. Getting to know the built environment typomorphology in France. In: FRANCK, K.; SCNEEKLOTH, L (orgs.). *Ordering space: types in aschitecture and design*.

Van Nostrand Reinhold: New York, p.289-311.

LYALL, S. London games over, future of Olympic Stadium remains uncertain. In: *The New York Times*, New York, 22 jan. 2013. [En línea] <<http://www.nytimes.com/2013/01/23/sports/olympics/london-games-over-future-of-olympic-stadium-remains-uncertain.html?pagewanted=all>> [15 de janeiro de 2013].

MAZO, J.; ROLIM, L. H.; COSTA, L. P. Em busca de um a definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos. In: Rodrigues, R. P. et al. (Orgs.) *Legado de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2008. p 117-120.

PITTS, A.; LIAO, H. *Sustainable Olympic design and urban development*. London: Routledge, 2009.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

POYNTER, G. 2008. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: Rodrigues, R. P. et al. (Orgs.) *Legado de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2008. p. 121-152. PREUSS, H. Aspectos Sociais dos Megaeventos Esportivos. In: RUBIO, K. (Org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 13-35.

PREUSS, H. *The economics of staging the olympics: a comparison for the games 1972-2008*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2004.

RODRIGUES, R. P. Debate. In: Rodrigues, R. P. et al. (Orgs.) *Legado de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2008. p 159-160.

SHAW, C. A. *Five ring circus: myths and realities of the olympic games*. Gabriola Island: New Society, 2008.

WILLIAMS, K.; BURTON, E.; JENKS M. *Achieving Sustainable Urban Form: an introduction*. Londres: E & FN Spon, 2000.

© Copyright Yumi Yamawaki, 2015.

© Copyright Fábio Duarte de Araújo Silva, 2015

© Copyright *Biblio3W*, 2015.

Ficha bibliográfica:

YAMAWAKI, Yuri, DUARTE DE ARAÚJO SILVA, Fábio. A importância da distribuição das estruturas esportivas para o legado urbanístico das cidades-sede dos Jogos Olímpicos *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 marzo 2015, Vol. XX, nº 1113. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1113.pdf>>. [ISSN 1138-9796].